



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

ESTADO DO PARANÁ

Av. Brasil, 1082 - Fone (0437) 32-1166 - FAX (0437) 32-1388 - CEP 86390000 - CAMBARÁ - PR

Encaminha-se as Comissões Projeto de Lei nº. 04/93.  
Em 27/5/1993.

*Rubens Scarpato*  
Rubens Scarpato  
Presidente

Súmula: dá nova redação à disposi-  
tivo da Lei 932, de  
23.09.91 e outras provi-/  
dências.

A Câmara Municipal de Cambará, Es-  
tado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, 'sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º- O "'CAPUT"' do artigo' 5º da Lei 932/91 passa a vigorar com esta redação: "'os lotes terão seus valores calculados de acôrd com sua área, localização e topografia, mediante avaliação atualizada, tendo por base o mercado imobiliário local, procedida por comissão constituída por servidores do Poder Executivo, podendo ser revisada men-/salmente,

Artigo 2º- Êsses lotes serão bene-  
ficiados apenas com estrutura básica.

Artigo 3º- Esta Lei entrará em vi-  
gor na data de sua publicação, revogadas as disposi-  
ções em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de'  
Cambará, Estado do Paraná, em 24 de maio de 1.993.

DR. VALTER BRAZ MARINHO  
PREFEITO MUNICIPAL.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

ESTADO DO PARANÁ

Av. Brasil, 1082 - Fone (0437) 32-1166 - FAX (0437) 32-1388 - CEP 86390000 - CAMBARÁ - PR

Justificativa ao Projeto de Lei  
nº. 04/93.

O presente projeto da nova redação à disposição de Lei 932, de 23.09.91, assim como fixa outras providências.

O artigo 5º da norma evidenciada estabeleceu o valor do m2 para venda dos lotes da área desapropriada ao lado da Santa Casa.

A administração resolveu aplicar correção a respeito.

Assim, pois, a previsão de cálculo por m2 no mês entrante é superior a cr\$240.000,00

Acontece que os poucos lotes remanescentes não encontram interessados, entretanto, considerando à desconfiança gerada pela suspensão da posse provisória, em recurso judicial, circunstância ainda pendente, passível de ser superada com a complementação da avaliação prévia forense.

Acresce a isso, de outro lado, a não realização da infra-estrutura prometida, além de problemas de localização e topografia.

Em conclusão: os melhores lotes foram alienados.

É preciso, por isso, que seus valores sejam calculados com fundamento nesses detalhes, inclusive com base no mercado imobiliário.

É o objetivo da proposta apresentada.

Não existe condições financeira mediata, de ângulo diverso, para efetuar mais do que a estrutura básica.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cambará, Estado do Paraná, em 24 de maio de 1.993.

DR. VALTER BRAZ MARINHO  
PREFEITO MUNICIPAL



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

ESTADO DO PARANÁ

AVENIDA BRASIL, 1082 - FONE (0437) 32-1166 - CEP 86390 - CAMBARÁ - PR

LEI Nº. 932.

**SÚMULA:** Autoriza o Executivo Municipal a Instruir o Programa de Lotes Urbanizados não edificadas e da outras providências.

MOHAMAD ALI HANZÉ, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMBARÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS PRERROGATIVAS LEGAIS E EXERCÍCIO REGULAR DE SEU CARGO, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

**Art. 1º** - Fica o Executivo Municipal Autorizado a instituir o PROGRAMA DE LOTES URBANIZADOS não edificadas, para venda de lotes exclusivamente residencial, na forma do anexo 1, que faz parte integrante desta lei, com água, esgoto, meio-fio e pavimentação asfáltica.

§ 1º - Os lotes a que se refere o presente artigo só poderão ser adquiridos por pessoas que comprovadamente não possuam outro imóvel urbano, na data de publicação do Decreto que regulamentará a presente Lei.

§ 2º - Para os efeitos desta lei, fica dispensada a licitação a que se refere o artigo 119 da vigente Lei Orgânica do Município.

**Art. 2º** - Os lotes se destinarão à construção de unidades habitacionais nas condições previstas nesta Lei e por conta dos adquirentes.

**Art. 3º** - A construção a ser edificada no lote será, obrigatoriamente, de alvenaria com metragem mínima de 70 (setenta) metros quadrados.

**Art. 4º** - O lote adquirido será pago à



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

ESTADO DO PARANÁ

AVENIDA BRASIL, 1082 - FONE (0437) 32-1166 - CEP 86390 - CAMBARÁ - PR

## LEI Nº 932/91 - fls. 02

vista ou uma entrada equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor e mais 03 (treis) parcelas do restante, devidamente corrigidas pela variação da taxa Referencial ou Índice que vier substituí-la, tomando por base a variação do mês de setembro de 1.991.

**Art. 5º** - Os lotes terão seus valores calculados de acordo com sua área, conforme anexo 1 desta Lei, para tanto o Preço será de Cr\$2.084,00 (dois mil e oitenta e quatro cruzeiros) o metro quadrado.

**Art. 6º** - Fica vedado a aquisição de mais de um lote pelo mesmo adquirente.

**Art. 7º** - O adquirente se obrigará a construção no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados da assinatura do contrato, sob pena de rescisão e perdade tudo que houver pago.

**Art. 8º** - A construção iniciada no prazo do artigo anterior deverá ser concluída em 05 (cinco) anos, contados da assinatura do contrato, sob pena de rescisão, perdendo o adquirente, tudo que houver construído e a metade do valor pago, caso em que a prefeitura restituirá a outra metade nas mesmas condições do artigo 5º desta Lei.

**Art. 9º** - O adquirente, que concluirá a obra em dois (2) anos contados da assinatura do contrato, gozará de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, do imóvel, nos 03 (três) exercícios financeiros seguintes à conclusão, além das taxas de licença sanitária.

Art. 10º -

Art. 11º -

Art. 12º -



# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

ESTADO DO PARANÁ

AVENIDA BRASIL, 1082 - FONE (0437) 32-1166 - CEP 86390 - CAMBARÁ - PR

LEI Nº 932/91 - fls. 03

tária e alvará de licença.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - Para os eleitos desta Lei, considerar-se-á concluída a construção que for aprovada, por simples ato do Departamento competente da Prefeitura.

**Art. 10º** - Para o cumprimento dos objetivos desta Lei, fica o poder executivo autorizado a utilizar para venda no todo, a área de terras de que trata o decreto Municipal nº.-596 de 12 de junho de 1.991, que declarou de utilidade pública para fins de desapropriação.

**Art. 11º** - O Executivo Municipal constituirá fundo especial de receitas na forma prevista nos artigos 71, 72, 73, e 74 da vigente Lei 4.320, de 17-03-64 para controlar o produto da arrecadação e da ampliação dos recursos arrecadados, que se destinarão exclusivamente à infra-estrutura prevista no artigo 1º desta Lei, e, havendo sobra em projetos habitacionais do Município e pavimentação asfáltica.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - A ampliação dos recursos de que trata este artigo deverão constar na Lei orçamentária para 1.992.

**Art. 12º** - O poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo máximo de 60 (sessenta) dias de sua publicação, fixando todas as demais condições relativas às transações de venda dos lotes, principalmente quanto à forma de seleção dos compradores interessa-





# PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

ESTADO DO PARANÁ

AVENIDA BRASIL, 1082 - FONE (0437) 32-1166 - CEP 86390 - CAMBARÁ - PR

LEI Nº 932/91 - fls. 04.

dos e aos demais aspectos jurídicos inerentes ao negócio.

Gabinete da Prefeitura Municipal de  
Cambará em 23 de setembro de 1.991.

MOHAMAD ALI HANZÉ

Prefeito Municipal de Cambará-PR

ESTADO DO PARANÁ

1082 FONE (0437) 32-1166

Gabinete da Prefeitura

Cambará em 23 de setembro de 1991

MUHAMMAD

Prefeito Municipal



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

Estado do Paraná

Projeto de Lei nº. 04/93.

Relator - Edgard Ribas Neto

Relatório: O Executivo Municipal, através do Senhor Prefeito, encaminhou o Projeto de Lei 04/93, solicitando autorização desta Casa para modificar o "caput" do art. 5º da Lei Municipal - 932/91.


O art. 2º de mencionado Projeto, noticia que os lotes serão beneficiados apenas com estrutura básica, o que vem a contrariar a parte final do art. 1º da Lei 932/91, aonde consta como benfeitorias: água, esgoto, meio-fio e pavimentação asfáltica.

PARECER : Somos de parecer que seja o artigo 2º da Lei 04/93, suprimido, - com a aprovação da emenda anexo, que ficará fazendo parte desta, - e mantido os demais artigos na sua forma original.

Comissão de Justiça e Redação. Em 14/6/1.993.

  
Edgard Ribas Neto - Presidente

  
Olavo Maria Sanches - Secretário

  
Antonio Mano Filho - Membro

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

Projeto de Lei 04/93.

Súmula: Dá nova redação a dispositivo da Lei Municipal 932/91 e dá outras providências.

RELATOR - EDGARD RIBAS NETO

EMENDA SUPRESSIVA - "SUPRIME-SE O ARTIGO 2º DO PROJETO DE LEI 04/93, ORIUNDO DO EXECUTIVO MUNICIPAL, TENDO EM VISTA O PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO".



Edgard Ribas Neto



Olavo Mafra Sanches



Antonio Mano Filho





# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº. 04/93

Súmula: Dá nova redação a dispositivo

da Lei Municipal 932/91 e dá

outras providências.

Relator: OSMAR MOREIRA DA SILVA


PARECER: SOMOS DE PARECER QUE SE APROVE O PRESENTE PROJETO 04/93,  
COM APRECIÇÃO ANTERIOR DA EMENDA SUPRESSIVA APRESENTADA;

Sala das Comissões, em 14//06 /1.993.

Comissão de FINANÇAS E ORÇAMENTO

  
Olavo Moreira Sanchez - Presidente

  
Osmar Moreira da Silva - Secretário

  
Edgard Ribas Neto - Membro



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

Estado do Paraná

Projeto de Lei nº. 04/93.

Emenda Aditiva -

Autor Edgard Ribas Neto

" Adita-se ao artigo 1º da presente lei o seguinte:

"Os valores dos lotes não poderão ser inferior a R\$- 200.000,00  
(duzentos mil cruzeiros) o metro quadrado, valor este corrigi-  
do a partir da publicação da Lei, pelos índices da UFIR"

P. Deferimento

Cambará, 28 de junho de 1.993

Edgard Ribas Neto

Vereador

EMENDAS APROVADAS POR UNANIMIDADE DE VOTOS.

Em 28/6/1.993.

Presidente

Secretário



# CÂMARA MUNICIPAL DE CAMBARÁ

Estado do Paraná

LEI Nº. 04/93. (REDAÇÃO FINAL)

Súmula: Dá nova redação à disposição da Lei 932, de 23.09.1.991 e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Cambará, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - O "caput" do artigo 5º da Lei 932/91 passa a vigorar com esta redação: "os lotes terão seus valores calculados de acordo com sua área, localização e topografia, mediante avaliação atualizada, tendo por base o mercado imobiliário local, procedida por comissão constituída por servidores do Poder Executivo, podendo ser revisada mensalmente, sendo que os valores dos lotes não poderão ser inferiores a R\$-200.000,00 - (duzentos mil cruzeiros) o metro quadrado, valor este corrigido a partir da publicação da Lei, pelos índices da UFIR".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal, em 28 de junho de 1.993.

*Rubens Scoparo*  
Rubens Scoparo  
Presidente